



**REPOSIÇÃO SALARIAL
EMERGENCIAL
PARA TODOS E TODAS:
19,99% JÁ!**

O índice para repor a inflação dos três anos de Bolsonaro é de 19,99%.

Só não virá a reposição se o governo não quiser!

O índice para repor a inflação dos três anos de Bolsonaro é de 19,99%, conforme documento protocolado no dia 18 de janeiro no Ministério da Economia, com pedido de abertura iminente de negociação. Mas até o momento, a única resposta que os servidores tiveram do governo Bolsonaro foi o silêncio.

A última negociação em torno do reajuste salarial do funcionalismo público aconteceu em 2015, durante a gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Depois disso, as negociações foram encerradas e os salários, da massa dos servidores, ficaram congelados. São cinco anos sem reajuste para a grande maioria dos servidores federais. E com o retorno do fantasma da inflação, eles estão, na verdade, sendo puxados para baixo.

Em 2021, os salários perderam 10,06%: a gasolina aumentou, a energia elétrica também, assim como o gás de cozinha, o etanol, além dos alimentos e vários produtos.

Mas Bolsonaro continua ignorando os servidores. Enquanto isso, o seu orçamento destinou 37,6 bilhões de reais para emendas parlamentares, das quais 16,5 estão no "orçamento secreto". Também reservou 1,9 trilhão para refinanciamento da dívida (banqueiros). E em 2021, graças ao aumento consecutivo dos

combustíveis, a arrecadação aumentou 17,35%! Corrigido pela inflação, o valor representa R\$ 1,971 trilhão.

Ou seja, só não virá a reposição inflacionária dos salários se o governo não quiser concedê-la. “Importante destacarmos que, se não fecharmos um acordo até o próximo dia 4 de abril, a próxima possibilidade de reposição salarial é somente em 2024, pois um governo em fim de mandato não pode deixar reajuste pendente para o primeiro ano do mandato seguinte. Por isso temos que nos unir e agir o mais rápido possível”, comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo.

No dia 16, haverá o Dia Nacional de Mobilização, Paralisação e Greve dos Servidores Públicos Federais, que contará com manifestações nas ruas e locais de trabalho das capitais e cidades do interior de diversos estados brasileiros, além de um grande ato em Brasília e mobilização nas redes sociais.

Nesse dia será dado um ultimato ao governo Bolsonaro. A partir desta data, o governo terá sete dias para atender às reivindicações dos servidores. Caso não haja negociação e fechamento de um acordo até o dia 23 de março, deverá ter início uma greve geral por tempo indeterminado.

Fonte: Condsef



Sindsep/MA exibe o filme Marighella

O Sindsep/MA irá exibir amanhã o filme Marighella "O guerrilheiro que incendiou o mundo".

A proposição do filme tem como finalidade a fomentação da discussão de um período nefasto para a política brasileira.

A exibição vai acontecer amanhã, 16/03, às 15h, no Auditório do Sindsep/MA.



ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO - EBSE RH/MA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2022

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, **convoca** os associados em gozo dos seus direitos estatutários e convida os (as) demais empregados (as) da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSE RH - MA, para participarem da Assembleia Por Local de Trabalho, no dia **21 de março de 2022, às 12:30h**, na área externa do Setor de Marcação de Consulta do Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 - Centro, nesta, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1 - Proposta da EBSE RH/MA ACT, e 2 - Outros.

São Luís/MA, 15 de março de 2022.

Raimundo Pereira de Souza - Presidente

Agricultores processam União por prisão injusta decretada por Sergio Moro

Três agricultores familiares dos municípios de Irati e Inácio Martins — no interior do Paraná — ajuizaram ação contra a União em que pedem indenização por danos morais e materiais sofridos em consequência da chamada operação "agrofantasma", que investigava supostas irregularidades na gestão de recursos e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Gelson Luiz de Paula, Nelson José Macarroni e Roberto Carlos dos Santos foram presos em 2013 por decisão do então juiz Sergio Moro, atualmente candidato à Presidência da República pelo Podemos, com a justificativa de que eles estariam envolvidos em "crimes de colarinho branco", mesmo sem nenhum antecedente criminal e com os três colaborando com as investigações. Eles já haviam presidido a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis e tinham rendimentos que variavam de um a dois salários mínimos.

Ela diz que, além dos danos emocionais e morais, os agri-

cultores também sofreram danos materiais, já que foram presos na época de plantio e perderam toda a safra das culturas de verão. Os contratos da associação com o PAA foram suspensos e alimentos entregues não foram pagos. Um os agricultores, Gelson de Paula, havia sido contratado pela prefeitura de sua cidade como consultor em plantio agroecológico e foi exonerado após a prisão.

A preventiva decretada por Moro contrariou posicionamento do Ministério Público Federal, que recomendou medidas cautelares. "Assim que os policiais chegaram às casas desses agricultores, tiveram acesso a todos os documentos. Esse argumento de que eles estariam envolvidos com crimes do colarinho branco não se aplica a agricultores que ganhavam até dois salários mínimos mensais. Foram presos com base na palavra de uma única testemunha que disse que eles pediam que assinassem recibos ao receberem os alimentos. Só que é assim que funciona o programa", afirma a advogada.

Os três agricultores foram presos por policiais fortemente armados e um deles ficou algemado

pela cintura, com algemas no cinto. "Os policiais perguntavam se esses agricultores tinham iates, barcos de luxo, dólares guardados", lembra ela.

Na sentença do último processo da "agrofantasma" — expedida em fevereiro de 2017 —, a juíza Gabriela Hardt afirmou que não "restou comprovada a materialidade dos crimes narrados na denúncia, sendo a absolvição dos acusados medida que se impõe". A tal operação terminou com todos os acusados absolvidos. O MPF não recorreu de nenhuma decisão e em suas alegações finais pediu absolvição com o argumento de que não restou comprovado prejuízo patrimonial à entidade pública federal.

De 2013 até 2017, contudo, os acusados arcaram com todo o ônus social nas cidades em que vivem. Um deles chegou a ser impedido de frequentar a igreja. A prisão dos acusados teve grande apelo midiático — um dos textos veiculados pela imprensa afirma que os agricultores "tiravam comida da boca de crianças".

Fonte: CUT